MILHO

O futuro do cultivo do milho no Nordeste não parece promissor. A demanda se restringe ao mercado interno, em que a tradicional política de combate à inflação contém artificialmente os preços e os salários. A irrigação, vista como solução para os problemas da atividade, tem-se revelado um equívoco

A cultura do milho no **Nordeste** apresenta configuração semelhante à do **Centro-Sul.** É mantida em pequenas propriedades, não só devido à tradição como, também, em razão do largo emprego intraporteiras na alimentação humana e animal.

O uso dos chamados **insumos modernos,** pequeno nas lavouras do **Centro-Sul,** no **Nordeste** é praticamente desprezível, em função do baixíssimo poder aquisitivo dos agricultores. Isto, aliado à irregularidade das precipitações pluviométricas, mantém sempre a produção em níveis reduzidos. A título de exemplo, a safra nordestina recorde de 1986 apresentou, segundo o **IBGE,** um rendimento médio da ordem de somente 630 kg/ha. O mais elevado rendimento estadual foi o da safra sergipana, com apenas 990 kg/ha.

O milho, por ser um produto típico de abastecimento interno, não conta com as **benesses** da exportação. Geralmente, seu preço é muito influenciado pelas políticas de combate à inflação, e, também, vulnerável às variações da oferta. Assim, eventuais valorizações, derivadas de quebra de safra, são tolhidas pelo governo, que vende os estoques ou faz importações, enquanto as desvalorizações advindas de colheitas elevadas não são compensadas por nenhuma política de sustentação dos preços.

O milharal não é, via de regra, considerado capaz de fornecer lucros ao agricultor, que nele vê, antes de tudo, um fornecedor de alimento para si e para seu rebanho. No caso do **Nordeste,** embora haja indicações de que, no presente ano, o consumo comercial venha a ser superior ao do meio rural (ver Quadro 07), entre 1980 e 1984 a sua utilização dentro das propriedades foi, em média, de 57% (ver Quadro 08), contra 40% no **Centro-Sul.**

Conseqüentemente, embora a área média colhida no **Nordeste** tenha representado, nos últimos treze anos, 21% do total nacional, a produção física não ultrapassou 6% da colheita do país como um todo (ver Quadro 09). O abastecimento da região, portanto, normalmente tem que ser providenciado pelo governo durante a entressafra, não raro se dando à custa de subsídios, já que a transferência do produto, originário de regiões distantes, implica, obviamente, na elevação do preço final, devido à inclusão do frete e ao **ICM.**

Na década de 80, verifica-se que, à exceção de 1984 e 1986, a região nordestina teve que contar com o envio de produto, colhido no **Centro-Sul** ou importado do exterior para seu abastecimento (ver Quadros 10 e 11).

No ano-safra 1986/87, a região produziu, segundo o **IBGE,** 706,1 mil t, embora as previsões iniciais fossem de que a colheita viesse a ser recorde, ultrapassando em 6% o consumo estimado pela **CFP,** de 2,1 milhões de t. Como de hábito, a estiagem observada nas regiões produtoras provocou perdas, forçando o governo a deslocar, na presente entressafra, 80 mil t/mês dos estoques do **Centro-Sul** para o abastecimento nordestino (ver Quadro 12). Inicialmente, estabeleceu-se que 75% do total viriam do Paraná e, o restante,

QUADRO 07 – NORTE-NORDESTE – CONSUMO DE MILHO – 1987 – (em mil t)

Consumo Comercial		1.245
Avicultura	735	
Suinocultura	153	
Outros animais	132	
Moagem	190	
Semente	35	
Consumo Rural		1.218
Perdas		128
TOTAL		2.591

FONTE – CFP.

QUADRO 08 – NORDESTE – CONSUMO COMERCIAL E CONSUMO RURAL DE MILHO 1980 A 1984 – (em mil t)

	1980	1981	1982	1983	1984
Comercial	712	716	698	710	732
Rural	938	914	962	898	988
TOTAL	1.650	1.630	1.660	1.608	1.720

FONTE – CFP.

QUADRO 09 – BRASIL E NORDESTE – PRODUÇÃO E ÁREA COLHIDA DE MILHO – 1975-87 – (mil t e mil ha)

ANO	PRODUÇÃO			ÁREA COLHIDA		
	Brasil (A)	Nordeste (B)	B/A	Brasil (A)	Nordeste (B)	B/A
1975	16.334,5	1.587,5	0,10	10.854,7	2.497,7	0,23
1976	17.751,1	1.013,7	0,06	11.117,6	2.144,8	0,19
1977	19.256,0	1.645,4	0,09	11.797,4	2.486,2	0,21
1978	13.569,4	1.510,6	0,11	11.124,8	2.538,9	0,23
1979	16.306,4	1.265,5	0,08	11.318,9	2.442,7	0,22
1980	20.372,1	830,5	0,04	11.451,3	2.193,1	0,19
1981	21.116,9	514,2	0,02	11.520,3	2.031,6	0,18
1982	21.842,5	1.133,5	0,05	12.619,5	2.777,0	0,22
1983	18.731,2	306,9	0,02	10.706,0	1.460,0	0,14
1984	21.174,2	1.472,8	0,07	12.205,0	2.587,1	0,21
1985	22.019,7	1.716,7	0,08	11.801,6	2.591,6	0,22
1986	20.541,2	1.905,1	0,09	12.460,1	3.039,8	0,24
1987	26.897,9	706,1	0,03	13.616,6	2.604,7	0,19

FONTE – IBGE.

QUADRO 10 – NORDESTE – VENDAS DE MILHO EFETUADAS PELA CFP – 1980-87 – (em t)

ANO	VENDAS
1980	223.788
1981	556.128
1982	176.088
1983	411.878
1984	36.779
1985	537.634
1986	217.917
1987*	721.980

FONTE – CFP.
* Até 13/10/87.

com maior premência de recebimento do produto, têm tido a opção de compras diretas no **Centro-Oeste.** A título de exemplo, considerando-se o custo de transporte e de **ICM,** o cereal goiano chega aos consumidores cearenses a Cz$ 470,00/saca de 60 kg, 18% acima do preço do milho da **CFP,** colocado a granel, na praça de Fortaleza, e 50% acima do preço de abertura de leilão naquele estado do **Centro-Oeste.**[1]

O fato de o **Nordeste** depender do produto enviado do **Centro-Sul** é

condições locais, propícias à criação de aves, representadas pelas temperaturas médias elevadas e pela intensa luminosidade (ver Gráfico 07).

Diante desses fatos, torna-se difícil a sustentação do ritmo de crescimento da exploração avícola nordestina, já que, praticamente, não há sucedâneos para o milho na alimentação das aves. Sobre isto, vale notar



QUADRO 11 – NORDESTE – PRODUÇÃO E CONSUMO DE MILHO – 1980-87 – (mil t)

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985[1]	1986[1]	1987[1]
Produção	1.172,6	885,5	1.465,1	525,4	1.802,2	1.700,1	2.174,0	840,2
Consumo	1.650,0	1.630,0	1.660,0	1.608,0	1.720,0	N.D.	2.055,4	2.155,2
Diferença	–477,4	–744,5	–194,9	–1.082,6	82,2	N.D.	114,6	–1.315,2

FONTE – CFP.
[1] Consumo estimado a partir de dados globais das regiões Norte e Nordeste, com participação de 86% para região Nordeste.
N.D. – Não disponível.

de Goiás, percentual que foi revisto para menos no caso do primeiro estado, ao se reavaliarem o consumo e o estoque paranaenses. Desta maneira, os estoques mato-grossenses também passaram a fazer parte deste esquema de abastecimento.

Os consumidores nordestinos, também um complicador para a avicultura regional, atividade cuja importância tem crescido nos últimos anos, devido a três razoáveis safras de milho consecutivas e às próprias

que o eventual incentivo ao plantio do sorgo **granífero,** para o arraçoamento animal, esbarra em entraves que se iniciam na ausência de tradição deste cultivo, passam pela sua menor versatilidade de uso, comparativamente à do milho, e terminam no fato de o sorgo não apresentar as

1 Valores em meados de novembro.

QUADRO 12 – NORDESTE – PRODUÇÃO E CONSUMO COMERCIAL DE MILHO – SAFRA 1986/87 – (em mil t)

ESTADO	PRODUÇÃO	CONSUMO COMERCIAL
MA	149,0	72,0
PI	124,2	54,0
CE	79,8	256,0
RN	10,3	36,0
PB	62,3	54,0
PE	86,0	398,0
AL	36,0	36,0
SE	60,4	72,0
BA	232,2	122,0
TOTAL	840,2	1.100,0

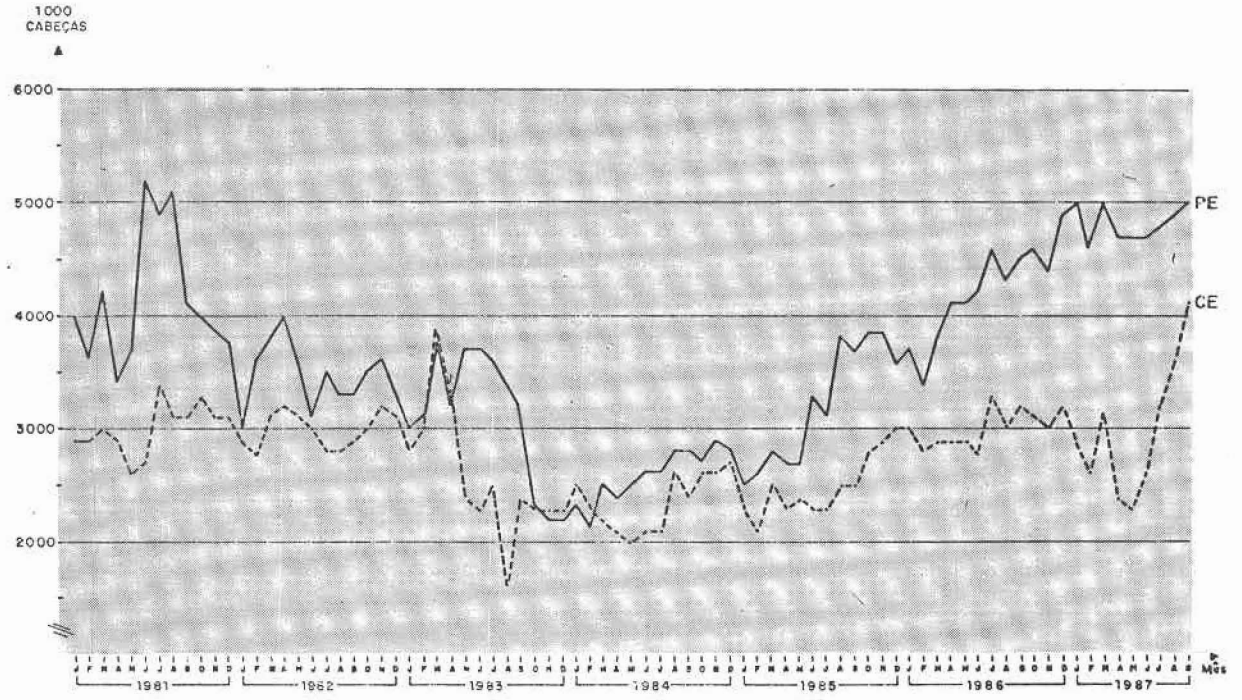
FONTE – CFP.

mesmas propriedades nutricionais do milho.

O rebanho avícola nordestino também sofre a concorrência da pecuária leiteira, na disputa pelo milho, quando eventual frustração da safra algodoeira ocasiona escassez de torta de algodão para a alimentação das reses.

O futuro da cultura no **Nordeste** não parece promissor. Enquanto a demanda pelo milho se mantiver restrita ao mercado interno, e perdurarem as práticas de combate à inflação, centradas na contenção artificial dos preços e dos salários, o milho não fará parte do rol dos produtos agrícolas considerados "lucrativos". No que se refere ao **Nordeste,** persiste a idéia, até aqui equivocada, de que a irrigação das áreas plantadas resolveria forçosamente o problema da pequena produção do cereal. Os projetos voltados para os agricultores de baixa renda ainda são poucos e limitados pela necessidade de grande participação dos recursos governamentais. Além disto, nada mais natural, imaginar que os produtores de maior capacidade de auto-financiamento – que vierem a investir seu capital em irrigação – sintam-se tentados a optar por culturas mais rentáveis.

GRÁFICO 07 - PERNAMBUCO E CEARÁ – PRODUÇÃO MENSAL DE PINTOS DE CORTE – 1981 A 1987[1]
(em mil cabeças)



FONTE – Apinco.

[1] **Janeiro a setembro.**